



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

RELATÓRIO E PARECER

NO ÂMBITO DA AUDIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO PRÓPRIO DAS REGIÕES AUTÓNOMAS, SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI REG. DL 163/2006 – APROVA O REGIME GERAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS, TRANSPONDO PARA A ORDEM JURÍDICA INTERNA A DIRECTIVA N.º 75/442/CEE DO CONSELHO, DE 15 DE JULHO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA DIRECTIVA N.º 91/156/CEE DO CONSELHO, DE 18 DE MARÇO, PELA DIRECTIVA N.º 91/692/CEE DO CONSELHO, DE 23 DE DEZEMBRO, E PELA DIRECTIVA N.º 91/689/CEE DO CONSELHO, DE 12 DE DEZEMBRO.

Horta, 6 de Junho de 2006



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

RELATÓRIO E PARECER, NO ÂMBITO DA AUDIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO PRÓPRIO DAS REGIÕES AUTÓNOMAS, SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI REG. DL 163/2006 – APROVA O REGIME GERAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS, TRANSPONDO PARA A ORDEM JURÍDICA INTERNA A DIRECTIVA N.º 75/442/CEE DO CONSELHO, DE 15 DE JULHO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA DIRECTIVA N.º 91/156/CEE DO CONSELHO, DE 18 DE MARÇO, PELA DIRECTIVA N.º 91/692/CEE DO CONSELHO, DE 23 DE DEZEMBRO, E PELA DIRECTIVA N.º 91/689/CEE DO CONSELHO, DE 12 DE DEZEMBRO

Capítulo I
INTRODUÇÃO

No dia 6 de Junho de 2006, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho apreciou, para relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Decreto-Lei REG. DL 163/2006 – Aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 75/442/CEE do Conselho, de 15 de Julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Directiva n.º 91/156/CEE do Conselho, de 18 de Março, pela Directiva n.º 91/692/CEE do Conselho, de 23 de Dezembro, e pela Directiva n.º 91/689/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro.

O Projecto de Decreto-Lei REG. DL 163/2006 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 15 de Maio de 2006, tendo sido enviado para a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no dia 17 mesmo mês, para relato e emissão de parecer, até 6 de Junho de 2006.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A pronúncia dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores relativamente às questões de competência dos órgãos de soberania que digam respeito à Região exerce-se por força do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea i) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo.

Tratando-se de actos legislativos, compete à Assembleia Legislativa a emissão do respectivo parecer, conforme determina a alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º do Estatuto Político-Administrativo, o qual deverá ser emitido no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 80.º do Estatuto Político-Administrativo, ou de 10 (dez) dias, em caso de urgência.

A emissão do parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos da alínea e) do artigo 42.º do Regimento.

Capítulo III

APRECIAÇÃO DA INICIATIVA

a) Na generalidade

A mencionada iniciativa, ora submetida a parecer da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no âmbito da audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, tem por objecto a aprovação do regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 75/442/CEE do Conselho, de 15 de Julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Directiva n.º 91/156/CEE do Conselho, de 18 de Março, pela Directiva n.º 91/692/CEE do Conselho, de 23 de Dezembro, e pela Directiva n.º 91/689/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro.

O actual regime jurídico de gestão de resíduos consta do Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

A presente iniciativa legislativa prevê a alteração desse regime jurídico, face às alterações ocorridas, desde então, no ordenamento jurídico comunitário e até mesmo no panorama nacional.

Estamos perante uma matéria manifestamente relevante, porquanto a necessidade de minimizar a produção de resíduos e de assegurar a sua gestão sustentável transformou-se numa verdadeira questão de cidadania, com a consciência colectiva cada vez mais desperta para esta problemática.

b) Na especialidade

Na apreciação na especialidade a Comissão deliberou, por unanimidade, propor a supressão do artigo 81.º da iniciativa legislativa, sob a epígrafe “Regiões Autónomas”, por manifestamente despropositado, face às alterações operadas na Constituição da República pela revisão de 2004.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os ***Grupos Parlamentares do PS e do PSD e o Deputado Independente*** manifestaram a sua concordância com a aprovação da iniciativa legislativa em apreciação.

Nos termos do n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão promoveu, ainda, a consulta da ***Representação Parlamentar do CDS-PP***, porquanto o respectivo Deputado não integra a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, o qual manifestou concordância com a aprovação da presente iniciativa legislativa.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, quer na generalidade quer na especialidade, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela importância da iniciativa legislativa, tendo



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável à aprovação do Projecto de Decreto-Lei REG. DL 163/2006 – Aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 75/442/CEE do Conselho, de 15 de Julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Directiva n.º 91/156/CEE do Conselho, de 18 de Março, pela Directiva n.º 91/692/CEE do Conselho, de 23 de Dezembro, e pela Directiva n.º 91/689/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro, salvaguardando a alteração sugerida na apreciação na especialidade.

Horta, 6 de Junho de 2006

O Relator,

Rogério Veiros

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Hernâni Jorge